

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imprensa e resenhas no Brasil: divulgação, críticas e polêmicas

Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira¹

Resumo: Os jornais do século XIX publicavam resenhas de obras que muitas vezes despertavam polêmicas. Algumas publicações eram assinadas, com comentários políticos e literários, de um número cada vez mais significativo de homens de letras. Um dos casos que destacarei é a polêmica em torno da obra de Júlio Ribeiro – *A carne*, que sofreu profundas críticas do padre português Sena Freitas.

Palavras-chave: Jornais do século XIX. Resenhas . Debates.

Abstract: The periodicals of century XIX published summaries of workmanships that many times despertavam controversies. Some publications were signed, with commentaries literary politicians and, of a number each more significant time of men of letters. One of the cases that I will detach is the controversy around the workmanship of Júlio Ribeiro - *A carne*, that it suffered deep critical from the Portuguese priest Sena Freitas.

Key words: Periodicals of century XIX. Summaries. Debates.

As resenhas a livros apareceram nos primeiros jornais brasileiros, e originalmente se caracterizaram como caudatárias de uma tradição existente em jornais ingleses do século XVIII. Um dos precursores, no Rio de Janeiro, foi *O Patriota* (1813-1814). Por decisão do editor era um espaço fixo, na última página do jornal, na qual havia referências às publicações recentes, com uma pequena ementa, a guisa de comentário, sobre o autor e a obra. Posteriormente, em periódicos como o *Jornal do Commercio*, *O País*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Notícias*, as resenhas tomaram uma dimensão mais ampla, e passaram a ocupar maior número de colunas, além de incorporarem críticas políticas e literárias, ampliando dessa forma o seu público. Em alguns jornais apareciam como desdobramentos

¹ UERJ/CNPQ/FAPERJ/Pronex.

dos reclames de livrarias que divulgavam as obras mais recentes. Em outros, eram acompanhados de textos que além de divulgar novas publicações, eram assinados, com comentários políticos e literários, de um número cada vez mais significativo de homens de letras. Um dos casos que destacarei é a polêmica em torno da obra de Júlio Ribeiro – *A carne*, que sofreu profundas críticas do padre português Sena Freitas, e atraiu réplicas e tréplicas, em virtude das posições político-religiosas conflitantes.

De qualquer forma, uma nova perspectiva se abriu e a produção literária tornou-se mais ativa, permitindo a constituição de um campo intelectual autônomo, que, no entanto, só se consolidou em fins do século. Os jornais e revistas se habituaram cada vez mais a repercutir querelas e que foram responsáveis por definir reputações políticas, científicas, cívicas e religiosas, e que serviram de tribuna para acalorados debates.

No contexto do movimento romântico (1830-1860), a produção de textos que discutia temas como história, literatura, filosofia e religião se multiplicaram. Um marco de divulgação eram os jornais que passaram a ser o veículo por excelência da produção de escritores, políticos e religiosos. Posteriormente as influências do realismo também produziram uma nova geração de escritores que tinham na imprensa um importante meio de divulgação.

A possibilidade de desenvolver debates, comentar livros, criticar peças de teatro, poemas, além de registros acalorados sobre política, religião, literatura em geral, cresceu, sobretudo depois do fim da censura. Em 2 de março de 1821 aboliu-se os mecanismos mais explícitos de censura prévia aos escritos, consolidando-se esta situação em 20 de setembro de 1830, quando foi regulamentado o dispositivo constitucional que caracterizava os abusos referentes à liberdade de imprensa. Esta reformulação prolongou-se por todo o período imperial, explicitada no Código Criminal, em vigor até 1890. (VAINFAS, 2002:134-136) Mesmo que se considere a tardia chegada da imprensa no Brasil, os modelos existentes na imprensa européia foram logo assimilados. Nos primórdios do jornalismo, o jornal *O Patriota* (Rio de Janeiro, 1813-1814) destacava sempre em suas últimas páginas comentários sobre lançamento de livros, resenhas de obras que consideravam importantes, ou criticáveis, e foi um dos precursores das resenhas críticas que só se consolidaram no Brasil em fins do século XIX. Antônio Cândido considera este jornal como referência e uma das manifestações primeiras da implantação da *república das letras* no Brasil. (Candido, 1981:cap. 1,passim)

A nascente crítica literária começou a se consolidar, apoiando-se no início em um círculo restrito a amadores. Posteriormente evoluiu sobretudo a partir da segunda metade do

século, para adquirir maturidade até incorporar, em jornais e revistas, os chamados críticos profissionais. Para Raul Antelo a crítica literária no Brasil “buscava distinguir como definir, por exemplo, a diferença entre escrita "criativa" e "reflexiva", entre "intelectuais" e "escritores", ou entre "originalidade" e "mimetismo" e atingiu um público leitor que vai paulatinamente se constituir como uma esfera pública laicizada”.(ANTELO, http://www.cceufsc.br/~nelic/Boletim_de_Pesquisa/index2.htm)

Uma questão prática se punha: como tornar estes elementos eficazes para as novas gerações encontrarem, com facilidade, as possibilidades que as aproximassem do saber, e por desdobramento da civilização? No Brasil, haveria que se promover um grande esforço coletivo, considerando os índices de analfabetismo² e as dificuldades inerentes aos grandes espaços geográficos que permaneciam intocados, poucas bibliotecas, escolas rareadas, em municípios distantes, e livros com baixa circulação. No período imperial este quadro era disseminado e uma noção de urgência ficava patente entre intelectuais e refletia-se nas correspondências, em textos na imprensa, e escritos em geral.

Muitos dos políticos e dirigentes imperiais eram também professores, escritores e se dedicaram a papéis que, mesmo não explicitamente, demonstraram seu impulso de ordenar, civilizar e instruir como uma alternativa a esta consolidação da nação brasileira.(MATTOS, 2000: 5) A dinâmica desta tarefa foi diferenciada, com produção de livros didáticos, regulamentação do ensino público, uso da imprensa com fins educativos e intencionalmente disseminadores de conhecimento. Alguns destes letrados, professores, literatos discordavam quanto ao lugar da religião e do catolicismo, no contexto do Estado, debates estes que se aprofundaram nas últimas décadas do século XIX. A questão das prerrogativas da Igreja no contexto do Estado Imperial sempre levava à polêmica. É bom voltar a frisar que a Constituição Brasileira de 1824, no seu artigo 50 definia que “A Religião Católica, Apostólica Romana” continuaria a ser “religião do Império”.

Esta exigência legal não impediu o desenvolvimento de tendências literárias e políticas anticlericais, com profundas críticas ao envolvimento entre Igreja e Estado. A estratégia de diversos políticos e escritores era enfatizar suas posturas contrárias ao clero nos textos e em ações políticas. Os embates e a polarização entre defensores de liberdades religiosas, e os antiliberais que defendiam um respeito mais genuíno às diretrizes de Roma

² Os índices de analfabetismo no Brasil da segunda metade do século XIX variavam em torno de 75% a 85% de acordo com os diferentes levantamentos da época.

(VAINFAS, 2002: 126-128) eram muito freqüentes, sobretudo nos centros urbanos mais politizados.

Cidades como o Rio de Janeiro, capital do Império e Município Neutro da Corte, abrigavam um número maior de elementos que facilitavam a circulação de informações, quer porque fosse a mais populosa, quer porque era a capital, o centro nevrálgico político, cultural e econômico do Brasil. Os jornais e revistas circulavam mais abundantemente nesta cidade. As outras cidades brasileiras eram menores, com fraco índice populacional e sem as mesmas condições da vida cultural da capital. Algumas, no entanto, tinham características diferenciadas. Cidades como São Paulo e Recife concentravam cursos jurídicos que foram criados em 1827, além de Salvador que contava com um curso de medicina. Devido à presença de estudantes, professores, diretores e funcionários, enfim um conjunto de pessoas que atendiam às demandas que cursos universitários desta natureza produziam, o acesso às informações era maior. São Paulo, que na origem era uma pequena vila, passou a partir da instalação, em 1827, de um curso jurídico, a ver crescer o número de livrarias, jornais e revistas, muitas vezes produzidas pelos próprios estudantes de Direito. Nestas cidades os limites de suas dimensões geográficas e de população não impediam que debates de natureza semelhante às do Rio de Janeiro, proliferassem.

No Brasil da segunda metade do século XIX muitos se deram conta que o domínio do conhecimento seria de muita valia para a consolidação da cidadania, tornando-se também mais um elemento de fortalecimento da nação brasileira. Aplica-se aqui o conceito de Lucien Febvre sobre *ouillage mental* conceito que pode se manifestar como *linguagens políticas*, ou *retórica*, recursos utilizados por aqueles que desta forma lidavam “com o fundo comum da bagagem cultural lusa da qual necessariamente partiam.”(FEBVRE, 1968: 307-325)

Foi neste contexto que o Padre lazarista José Joaquim de Sena Freitas, nascido nos Açores, em Ponta Delgada (27 de julho de 1840)³ instalou-se no Brasil, escolheu que se deu entre outras possibilidades pela facilidade representada quanto ao uso da língua portuguesa. Primeiramente deu preferência por sua ação nas províncias e esteve no nordeste do país, passando por Minas Gerais e São Paulo. À medida que se estabeleceu no Brasil foi recebido com honras por intelectuais e homens de letras, desenvolveu amizades, fazendo crescer um círculo de sociabilidades, no qual discutia questões de sua predileção. Publicava na imprensa do Rio e de São Paulo, enfocando temas religiosos, pedagógicos e morais. Atuou primeiro

³ Os dados biográficos do Padre Sena Freitas (1840-1913) estão detalhados em inúmeros trabalhos deste colóquio e na bibliografia de autores como Antero de Figueiredo, Dinis da Luz, Augusto Ferreira e o Padre Moreira das Neves, entre outros.

como pregador, mas depois, devido a problemas de saúde, teve na palavra escrita a principal ferramenta para divulgar sua fé, tanto em Portugal quanto no Brasil. Foi educador, aplicando seus conhecimentos em estabelecimentos de ensino, sobretudo em escolas para educar meninos e rapazes, e consolidar, através da educação, o catolicismo entre brasileiros.

Mas não seria somente este seu objetivo. Desde o início de sua trajetória como religioso tinha ambições intelectuais mais amplas. Publicou, escreveu artigos em jornais, polemizou. Utilizou com frequência os recursos da imprensa para disseminar suas idéias quanto à fé católica, e tratou de responder aos detratores de sua fé usando a palavra impressa como principal arma. Seguindo sua longa tradição de polemista pretendia atingir um grande público, mais do que aquele que encontraria na sua pregação, repercutindo assim suas concepções de mundo e da religião. Esta sua tarefa já vinha desenvolvendo na Europa, sobretudo em Portugal, e prosseguiu nela, em suas numerosas viagens, inclusive até o Oriente.

A biografia do Padre Sena Freitas é rica em episódios que demonstram sua preferência pela polêmica como instrumento de divulgação do pensamento católico. As cartas do acervo do RGPL do Rio de Janeiro são testemunhas desta sua prática. Foram todas escritas na década de setenta, a maioria em Felgueiras, Portugal, com papel timbrado do Colégio Santa Quitéria, no qual trabalhou por alguns anos. No conjunto são demonstrativas da sua verve, já definindo temas que viria mais tarde aprofundar em suas inúmeras publicações. Estas cartas não contêm endereço do destinatário, e o tratamento é cerimonioso, mas afável, como devia ser a regra de cartas trocadas entre amigos. Algumas foram trocadas com o amigo Camilo Castelo Branco, outras enviadas para editores ou colegas. Todas tratam sobre livros já escritos, traduções, obras no prelo e as dificuldades inerentes ao ofício de escritor. Freitas mencionava aqui e ali sua produção intelectual, e é enfático em comentários simpáticos para alguns de seus interlocutores. Estão registrados⁴ comentários e observações quanto à importância que dedicava aos livros e em todas ficava patente como era um leitor ávido pelas novidades:

Já vi anunciado no último número do “Comércio do Minho” o próximo fascículo da tradução de Villefranche...[...] Vou já[..] atirar-me sôfrego ao prefácio. [...] É impossível que V. E^{ma}. não diga muito bem de Pio IX, e o não diga muito bem. Talvez S. V. E^{ma}. ultimamente diga sobre as ordens religiosas foi reproduzido em todos os jornais católicos do Reino, e fez reconhecer os outros desconfiados..(SENNA FREITAS, MNss: G 26-2 RGPL)

⁴ Os critérios de fixação dos textos em português, aqui transcritos, foram os estabelecidos por Vanda Anastácio, coordenadora da secção de edição da Equipe de estudos da Universidade Católica de Lisboa sobre Sena Freitas.

No Brasil, o debate mais célebre que travou foi com o escritor Júlio César Ribeiro Vaughn, conhecido como Júlio Ribeiro. Autodidata, escreveu numerosas obras, inclusive uma gramática, e fundou um jornal no interior de São Paulo. Seus romances mais conhecidos são: *O Padre Belchior Pontes e A Carne*, este objeto da polêmica célebre com o Padre Sena Freitas. Morreu com tuberculose aos 45 anos, em Santos, São Paulo.⁵

Quando *A carne* (1888) foi publicada recebeu críticas, em sua maioria, negativas, mas sem grandes radicalizações. Na verdade, foi uma recepção fria por parte da de literatos e homens de letras. Esta atitude diferiu da reação de Sena Freitas, que publicou em jornal paulista um texto intitulado *A carniça*, que se tornou o fundamento do debate. Com sua verve habitual teceu uma crítica cáustica aos aspectos negativos da obra, destacando sua oposição à admitida influência de Emile Zola, e ao erotismo que considerou excessivo. Portanto, *A carniça*, publicado no Diário Mercantil era radicalmente crítico contra a obra de Ribeiro. Definia com clareza o repúdio que nutria quanto aos romances daqueles autores que chamava de a “*macaquinada do estúpido realismo*”. O tom crítico, o humor ferino foi trabalhado à minúcia, e incluiu farpas que atingiram desde o suporte da obra, até questões mais literárias:

A Carne é um romance de 278 páginas, elegantemente impresso em Portugal e editado em S. Paulo pelo livreiro Teixeira, emérito comprador em grosso de charqueada. Meus parabéns calorosos[...]O livro custa 3\$000, como já disse. É provável que a 2ª edição, se aparecer, e aparecer expurgada, custe o dobro. Não será caro. Eu não comprei a 1ª edição e dava 6\$ por aquele incontestável primor de estilo, com a placenta de menos. (SANTANA, <http://www.unicamp.br/iel/memoria/ensaios/maldacarne.html>)

A reação de Ribeiro ao texto foi emocionada, e agressiva, identificando na crítica um ataque pessoal. Como resposta, dedicou duras páginas a responder Sena Freitas, começando por declarar que era o padre que buscou a contenda:

Violada esta condição, invadidos meus domínios, atacada minha pessoa, o caso torna-se outro: eu arregaço-me, torno o aziar, atiro-me á besta, sujeito-a, cavalgo-a, faço-a virar á direita, á esquerda, depois, quando a vejo quebrada, mansa, de velhas murchas, desmonto e, com um pontapé amistoso, mando-a em paz ás moscas do brejal. RIBEIRO, 1934:20)

Não foi somente Freitas que criticou o livro, mas suas palavras parecem ter atingido de maneira veemente a Ribeiro. Intelectuais como José Veríssimo e Sílvio Romero

⁵ Júlio Ribeiro faleceu em 1 de novembro de 1890. Dados biográficos retirados de http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio_Ribeiro

também apontaram as fraquezas do romance, destacaram algumas inverossimilhanças, e enfatizaram o caráter erótico do texto, características negadas posteriormente por Júlio Ribeiro, mas sem a mesma contundência. Outros críticos, favoráveis ao romance, refutaram que os pontos mais criticáveis da obra fossem a tensão sexual e o anticlericalismo, destacando aspectos humanistas presentes na narrativa.

Profissionalmente Ribeiro era respeitado, inclusive como gramático. A crítica contundente de Sena Freitas foi recebida com grande amargura, acrescido ao fato de que havia entre ambos, laços de amizade, formados anteriormente. O texto no qual Sena Freitas desconstruiu a obra de Ribeiro colocou em cheque toda a tradição do romance realista, principalmente naquilo que ofendia aos princípios morais do catolicismo, ou aquilo que o Padre Sena Freitas tinha escolhido como alvo principal de suas críticas ao longo de sua vida. O romance a “*A Carne*” era desta vez o alvo:

O público desta província e do Brasil ainda não está assaz civilizado e, se me permite o neologismo, assaz parisificado para que não seja por ora uma calúnia e um grave desrespeito dar-lhe a comer a Carne como tigelada de sua predileção, que ele manda comprar à pastelaria do Teixeira pelo preço dos acepipes de alta gastronomia. O público não é uma pequena fração social, não é um punhado maior ou menor de debochados; o público é o público, a saber: o banqueiro e o lojista, o periodiqueiro e o mestre de tipografia, [...] (RIBEIRO, 1934:42-43)

A opção de Ribeiro na réplica foi por um viés ufanista, no qual desqualificava o padre e justificava sua obra. Em *O urubu Sena Freitas*, Ribeiro diz que “*tenho a reputação feita de escritor agressivo, de escritor virulento. Virulento, sou, agressivo não.* (RIBEIRO, <http://www.casadobruxo.com.br/poesia/j/julior02.htm>).

Mas também reconhece: *Uma coisa cumpre que fique liquidada: esta triste questão com o padre Sena Freitas não é uma questão de princípios, é uma questão pessoal, é o que há de mais exclusivamente pessoal.*

Após toda essa polêmica, houve uma tentativa final de reconciliação, quando Senna Freitas tomou conhecimento da morte eminente de Ribeiro, em 1890. Duas versões vieram à luz: a do próprio Sena Freitas que divulgou tê-lo procurado em casa, no leito de morte, momento em que teria sido perdoado. Familiares e amigos de Ribeiro rejeitaram esta versão e declararam ser o padre Sena Freitas um intruso, na casa de um moribundo, que se recusou a recebê-lo e a perdoá-lo. (RIBEIRO, 1934, passim)

As paixões despertadas neste debate se evidenciaram em um momento no qual a crítica literária ainda amadurecia no Brasil. As convicções de ambos levaram ao paroxismo

uma questão que poderia ter se restringido a um debate literário, sem o personalismo que desencadeou. O padre Sena Freitas, até a sua morte no Rio de Janeiro, em dezembro de 1913, parece ter encontrado um opositor tão apaixonado quanto ele.

Bibliografia

ANTELO, Raul. *As revistas literárias no Brasil*. Capturado em outubro de 2005, em http://www.cceufsc.br/~nelic/Boletim_de_Pesquisa/index2.htm.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*, 6a. ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, vol. 1, capítulo VII.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*. Rio de Janeiro, 1: 123-152, setembro de 2000.

FEBVRE, Lucien. *Le problème de l'incroyance au 16eme siècle. La religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, 1968.

MATTOS, Selma Rinaldi. *O Brasil em Lições. A história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo*. Rio de Janeiro. Access Editora, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *A História para uso da mocidade brasileira*. Primeiro Seminário CEO/Pronex/Faperj, São João D'El Rei, 2-3 de março de 2005.

RIBEIRO, Júlio. In: *Uma polêmica célebre*. Compilação de Victor Caruso e Prefácio de Orígenes Lessa. São Paulo: Edições Cultura Brasileira. 1934 ou na página <http://www.casadobruzo.com.br/poesia/j/julior02.htm>

SANTANA, Jeová. *Mal da leitura em A Carne de Júlio Ribeiro*. Capturado em <http://www.unicamp.br/iel/memoria/ensaios/maldacarne.html>

SENA FREITAS, J. J. Cartas, s/d, Manuscritos G 26-2, Real Gabinete Português de Leitura. -----, Diário Mercantil. *A carniça* – polêmica entre o padre Sena Freitas e Júlio Ribeiro. São Paulo. Catálogo Biblioteca Nacional. P. 47,06,04.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização. Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VAINFAS, Ronaldo.(Org) verbete *Catolicismo*, no *Dicionário do Brasil Imperial*. 1822-1889. Rio de Janeiro: editora Objetiva, 2002.